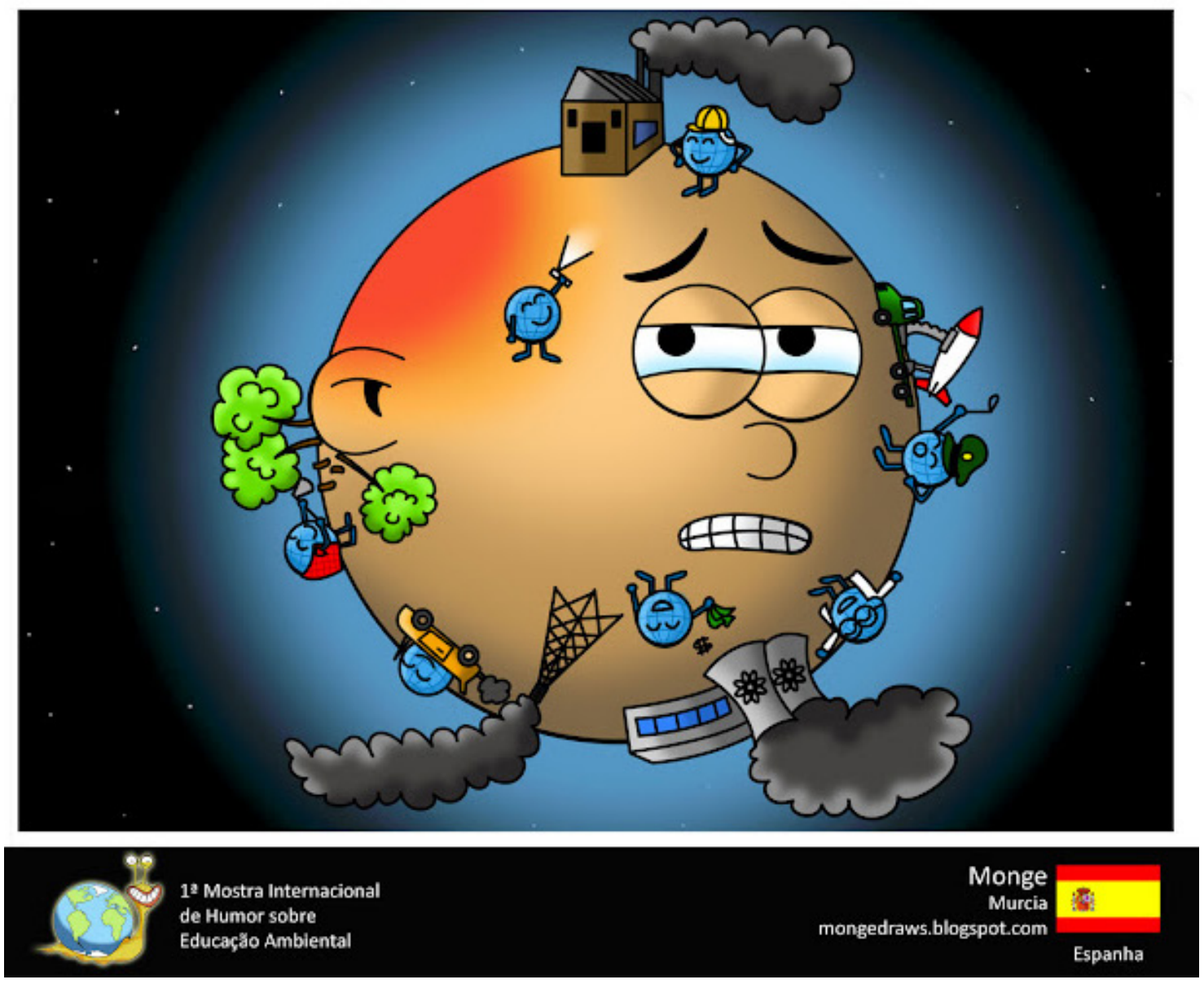
JornalECO

Edição 07 - Novembro de 2021



Morte dos pobres, idosos, doentes, fome, desemprego, falta de terra para plantar alimentos e casa para morar, destruição das florestas, invasão por mineradoras, madeireiras e agronegócio de terras indígenas, quilombolas e de proteção ambiental, contaminação das águas e dos mares, mineração, fascismo, nazismo, Bolsonaro, Mourão etc. Enfim iniciamos no Brasil, e no Mundo, a viver a CATÁSTROFE humana e demais seres vivos neste Planeta! E os RICOS e CAPITALISTAS se preparando para fugir do PLANETA depois de criarem as condições atuais de destruição na sua busca de lucro, de ganância e poder sem fim!

Por isso, então...

Bicicletada no Cassino integra Marcha Mundial por Justiça Climática no dia 6 denovembro

Atividade, que terá início às 16h no Artestação, busca chamar atenção para a urgência em se iniciar uma transição a um modelo de sociedade justo.

A bicicletada no Cassino se soma a outras iniciativas por justiça climática que ocorrem no mesmo dia em outras partes do mundo.

Além da participação no dia 6, convidamos a todas e todos a refletirem sobre o assunto ao longo desta edição do JornalECO, que traz ainda outros temas ambientais importantes.

Mais informações sobre a Marcha podem ser lidas nas **páginas 6 e 7.**

Leia também nessa edição...

Editorial: Não é pandemia, é sindemia.

"Encarar a pandemia e enfrentá-la como uma sindemia nos obriga a olhar para os problemas que vivem as pessoas destes grupos sociais visando solucioná-los. Esse é o papel das políticas públicas! E, os mesmos não serão resolvidos com uma vacina!" **(Pág. 2)**

Injustiças ambientais e sociais

"Um sistema de produção de alimentos dependente do capital financeiro nunca terá responsabilidade socioambiental. Enquanto o lucro estiver acima da vida continuaremos com pratos vazios, florestas em chamas, e ambientes contaminados." **(Pág. 8)**

Conheça nossas reflexões, pesquisas...

"Trabalhamos com uma perspectiva crítica relacionada com a Educação Ambiental, a qual leva em conta a ideia de que o social e o ambiental estão articulados e inevitavelmente ligados um ao outro. Nos últimos anos vimos chamando-a de educação para a justiça ambiental." **(Pág. 3)**

Acontece e vai acontecer

Essa edição de novembro do JornalECO traz também uma série de informações sobre atividades culturais ligadas às temáticas ambientais e sociais ou relacionadas às reflexões do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul. **(Pág. 10 e 11)**

EDITORIAL

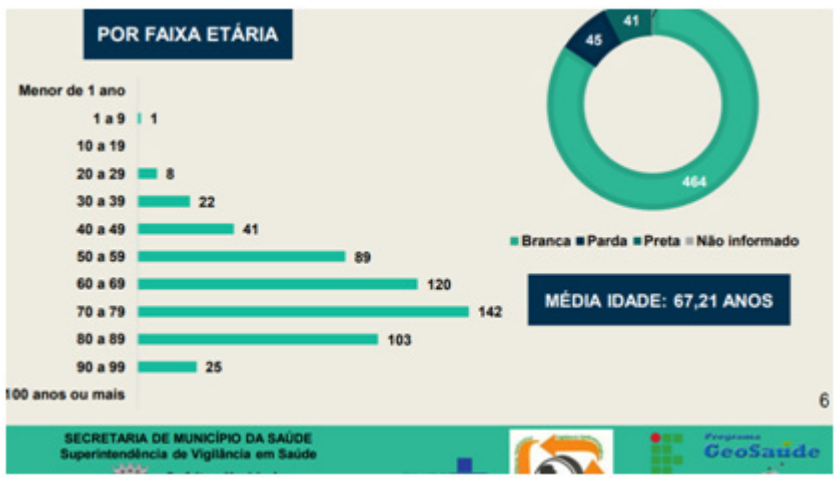
Não existe Pandemia, e sim SINDEMIA: o caso em Rio Grande

Sindemia foi o termo criado em 1990 pelo americano Merril Singer ao constatar que uma ou mais doenças podem interagir gerando conseqüências para além das causas de cada doença específica. Além disso, Merril Singer entendeu que uma doença é agravada devido as condições sociais, econômicas, raciais, etc. em que as diferentes pessoas vivem em nossas sociedades profundamente desiguais. Ou seja, são os mais pobres, determinados grupos sociais, raciais, mulheres, idosos, tendem a sofrer mais com qualquer doença. Assim, como os trabalhadores/as e os precarizados/as, os sem emprego, os que não têm casa, ou moram e casas precárias, os sem casa ou sem-terrra, os indígenas, os quilombolas... Encarar a pandemia e enfrentá-la como uma sindemia nos obriga a olhar para os problemas que vivem as pessoas destes grupos sociais visando solucioná-los. Esse é o papel das políticas públicas! E, os mesmos não serão resolvidos com uma vacina!

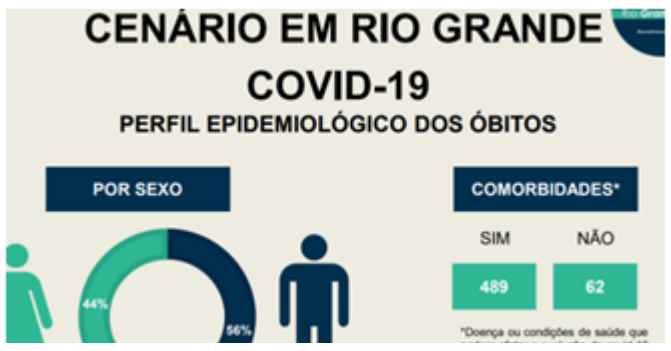
Segundo relatório da OXFAM BRASIL (https://www.oxfam.org.br/), durante a crise do coronavírus, os bilionários aumentaram ainda mais suas riquezas em US$3,9 trilhões, entre 18 de março e 30 de dezembro de 2020, para US$11,95 trilhões mais ricos. No mesmo período, 740 milhões de mulheres que trabalham informalmente perderam 60% na sua renda. O trabalho precarizado também aumentou, bem como as dividas dos mais pobres. Ainda segundo a OXFAM, mesmo que a pandemia do coronavírus acabasse hoje, a população mais precarizada demoraria anos para se reerguer, já que muitos tiveram que vender todos seus bens (animais, veículos, eletrodomésticos). A educação dos mais pobres também foi afetada, já que o ensino remoto/online requer condições que estes não têm condições de acessar, ampliando a brecha de desigualdade e injustiças também nesse campo. E agora, ainda os empresários e seus governos reduzindo gastos e privatizando aumentará ainda mais!

Tratando-se de risco de vida, é importante lembrar que o isolamento, desde o inicio do vírus aqui no Brasil, foi também um direito negado. Pelo menos aos mais pobres, dos que vivem do seu trabalho, seja entre a demissão sem direitos, a negligência dos empregadores, o desamparo do Estado, ou seja, a grande parte da população brasileira. Os que não estavam correndo risco trabalhando para os patrões, estavam correndo risco nas ruas através de trabalhos informais, precarizado, humilhando-se ao pedir doações para sobreviver. Em estudo feito pelo Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul sobre a pandemia na cidade de Rio Grande fundamentamos/comprovamos o que afirmamos acima: foi identificado que, no período de março à julho de 2020, o número de contaminados "prestadores de serviços" (formais ou não formais, destacando-se: manicures, serviços gerais, motoristas) ultrapassa todas demais ocupações. Em julho de 2020, no pico de contaminados, do total de 498 positivados foram 233 prestadores de serviços, 55 profissionais da saúde, 47 do lar, 47 aposentados, 9 trabalhadores da marinha, 5 eletricistas, 4 auxiliares de cozinha, 7 portuários,1 pescador, 79 não informados, e apenas 11 empresários. Conclusão: 487 trabalhadores contaminados e apenas 11 empresários. Entre os números de mortos, destacam-se os aposentados, sendo 32 mortos apenas no mês de julho. Isso no mesmo contexto onde empresário da cidade de Rio Grande fez uma carreata pedindo a reabertura do comércio.

Mais recentemente, os dados são mais aterradores aos grupos sociais mais frágeis e injustiçados de nossa cidade e sociedade, conforme dados da própria prefeitura que tem nesta gestão um governo dos empresários e para os empresários!



Como se poder ver acima, riograndinos/as acima de 60 anos mortos: 120 + 142 + 103 + 25 = total 390 que junto aos 89 (de 50 a 59 anos) foram até setembro 479 pessoas. E, menos de 50anos = 72 pessoas! Portanto, o argumento de que as crianças seriam mais resistentes, e portanto, a abertura das escolas e a ênfase dos governos no retorno presencial deles desconsidera que estas crianças não vivem no abstrato, mas em casas, com seus familiares, com idosos muitas delas e assim contribuindo indiretamente para a morte destes!



O mesmo se pode dizer em relação à comorbidade, isto porque, dos 557 mortos até setembro de 2021, 489 pessoas estavam/viviam com alguma comorbidade, ou seja com alguma doença que articulada a outra e suas condições de vida (inclusive mental devido a sua situação vivida), foram a óbito.

Tudo isso nos faz entender a importância de incluirmos o termo "sindemia" nas reflexões, pesquisas, políticas públicas, etc. já que não se trata somente de apenas um vírus que estamos vivendo mas todo um modo de vida no qual são os pobres, os trabalhadores, os idosos e demais que acima referimos que estão a sofrer das injustiças sociais, ambientais, no trabalho e nas relações sociais habitacionais e de acesso ao direito à cidade em seu amplo sentido. Não estamos no mesmo barco, pois uns/umas nem barco tem, outros um barquinho, um barco e os ricos e poderosos Transatlânticos! É preciso encarar essas diferentes situações e realidades no relacionado à sindemia do coronavírus e, disso individual e coletivamente, pensarmos alternativas para além da vacinação, e agir na sua efetivação! Por exemplo, é preciso reajustar o auxilio emergencial, ampliar acesso a saúde (SUS público!) e o saneamento básico para toda a cidade, garantir medidas protetivas aos mais precarizados, combate ao racismo, à homofobia, ao feminicídio, ao genocídio dos indígenas, aos quilombolas e aos pobres! Quando falamos em sindemia, estamos dizendo: não se trata só de um vírus! Essas consequências irão perdurar mesmo com o fim da pandemia! A fome está matando tanto quanto o coronavírus nessa pandemia!

1 Em setembro de 2020, a revista Lancet (https://www.thelancet.com/) publicou um artigo, COVID19 não é pandemia, e depois, Santiago Alba Rico na revista viento sur em janeiro ampliou (https://vientosur.info/capitalismo-pandemico/), os quais nos ajudaram na pesquisa referida neste editorial associando aos estudos e denuncias da injustiça ambiental e social que vivemos na região, e no Brasil.

2 Fontes dos Dados: BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO SEMANAL COVID-19: Doença Causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 - CENÁRIO EM RIO GRANDE COVID-19 POR SEXO SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE Superintendência de Vigilância em Saúde 6 PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS ÓBITOS POR FAIXA ETÁRIA MÉDIA IDADE: 67,21 ANOS POR COR DA PELE *Doença ou condições de saúde que podem afetar a evolução da covid-19 Semana Epidemiológica 34 – 22/08 até 28/08 de 2021, <https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/wp-content/uploads/2021/09/Divulgados-07.09.pdf>, acesso 09/09/2021. Montagem pesquisa do Observatório.

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS URBANOS E SOCIOAMBIENTAIS DO EXTREMO SUL DO BRASIL ESTE DEL URUGUAY

O que é o Observatório dos Conflitos?

O Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil y Este del Uruguay, situado no Campus Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), conta com a colaboração pessoas de diferentes universidades do Brasil, do Uruguay e de Portugal. Nele são desenvolvidas pesquisas, estudos, mapeamentos e publicização de conflitos socioambientais através de seus pesquisadores/as, acadêmicos/as e apoiadores/as. Trabalha com uma perspectiva crítica relacionada com a Educação Ambiental, a qual leva em conta a ideia de que o social e o ambiental estão articulados e inevitavelmente ligados um ao outro. Nos últimos anos vimos chamando-a de educação para a justiça ambiental. Isto porque, considera que a desigualdade ambiental que atinge a região, assim como a injustiça ambiental e a climática, como fenômenos sociais, ambientais, econômicos e políticos decorrentes do modelo de desenvolvimento vigente que os beneficia.

Assim, nós do Observatório sentimos a necessidade de entender as situações em que a desigualdade ambiental se produz e manifesta, para as quais os conflitos urbanos, sociais e ambientais são indicadores da existência de problemas por aqueles que vão as ruas lutar por justiça ambiental, as comunidades, as vítimas dos avanços dos interesses do capital e grandes corporações empresariais e/ou pela negligencia de seus governos.

São pescadores/as, motoristas, bancários, educadores, precarizados, cobradores, contaminados/as, moradores de bairros e vilas da cidade, removidos, sem casa, sem teto, sem terra, indígenas, quilombolas, mães e pais sem escola, sem saúde pública, pessoas contra a carestia e a fome, desempregados, protetoras da natureza, lutadores/as em defesa dos animais e dos habitats naturais estão entre aqueles que indo as ruas estudamos, somos parceiros, colaboraremos na medida do possível, pois acreditamos que ao manter e dar continuidade ao modelo existente não haverá mais seres vivos neste Planeta. Portanto, estamos numa encruzilhada: a vida ou o lucro!

De qual lado você está?

Nós já nos decidimos, e acreditamos poder contribuir de forma colaborativa nessas lutas, estando sempre ao lado daqueles que reivindicam seus direitos, seja por permanecer em seus territórios, por condições dignas de vida e também pela criação de um mundo mais justo. Já foram publicados, de 2011 até hoje, ao menos 27 artigos, 4 livros, como também foram promovidas lives, conversas, debates, eventos, dentre outras iniciativas. Nosso endereço eletrônico é www.observatorioconflitosextremosul.furg.br, onde diversos de nossos trabalhos estão disponíveis para acesso de quem quiser ou precisar acessá-los.

JEAN CARLO SOUZA RODRIGUES
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
Graduando no curso de Bacharelado em Direito e bolsista de iniciação científica do CNPq junto ao Observatório de Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil y Este del Uruguay, PPGEA/Instituto de Educação (IE)

Conheça nossas pesquisas em andamento

PlantaCEU: Agroecologia, Saúde Mental Coletiva e Educação/Ambiental

Jessica Faria, acadêmica de psicologia/FURG/Observatório dos Conflitos; Paulo Lima, acadêmico de engenharia de alimentos/Bolsista FURG.

Resumo: O projeto de extensão visa potencializar experiência em desenvolvimento em duas casas de estudantes (CEUs) da FURG ampliando às demais, assim como pela prática se expandir para outras espaços entres os acadêmicos da FURG, seja através das hortas e de outros cultivos agrícolas fazendo conexão com os diferentes saberes dos envolvidos; assim como com as potencialidades da agroecologia e da permacultura na produção de alimentos saudáveis, do não desperdício de alimentos, da diversificação das culturas em contraposição à monocultura dos saberes induzido pela cultura do agronegócio. No entanto, visa também a propiciar ações e atividades à saúde mental dos moradores das casas bem como alimentação complementar nestes tempos de pandemia, assim como no envolver coletivo na produção e cuidados com os espaços a serem utilizados a plantação, no acompanhamento, planejamento e avaliação. Se realizará troca de saberes, lives, oficinas, atividades outras de publicização e do debate mais amplo no campo social e da educação ambiental articulando estes fazeres locais com o global do mundo e dos saberes dominantes, problematizando-os e articulando-o com os diferentes campos do conhecimento dos acadêmicos envolvidos.

A Educação Ambiental no extremo sul do Brasil e leste do Uruguai: Contribuições e limites à educação para a justiça socioambiental

Responsável: Carlos Roberto da Silva Machado. Jean Rodrigues Bolsista FURG/CNPq e colaboradores.

O projeto apresenta a primeira etapa (2021/2022) de uma pesquisa sobre a \"Educação Ambiental\" desenvolvida por em escolas, grupos e coletivos ambientais, ONGs, etc. no extremo sul do Brasil (Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, Chuí) e leste do Uruguai (Rocha e Maldonado) com o objetivo de prospectar contribuições de suas ações, pedagogia e utopia à educação para a justiça socioambiental. Partimos de pesquisas, cursos e mapeamentos de problemas e conflitos já realizados nas duas regiões, desde 2011, e de intercâmbios do pesquisador com pesquisadores do Centro Universitário da Região Este/Universidad de La República em Rocha (Observatório de La Paloma) e em Maldonado (com o Núcleo Interdisciplinar de Educação Ambiental. O mapeamento será realizado identificando quem faz, onde, como, por que, a partir de eventos e cursos realizados em 2020 e 2021 nas duas regiões (2021/2); seleção de estudos de caso para ampliação estudos e entrevistas (virtuais), e se possível presencial em 2022/1. Tal sistematização será cotejada com a perspectiva da in/justiça ambiental e da educação ambiental para a justiça socioambiental, assim como na produção do campo da educação ambiental brasileiro e uruguaio e o contexto de injustiça ambiental, climática e de in/sustentabilidade nas 2 regiões, em contradição à educação para a sustentabilidade da UNESCO (2021) e ONU (ODS, 2020).

Os Conflitos socioambientais no sul do Brasil e Uruguai e a produção acadêmica: Contribuições e contradições na superação da desigualdade socioambiental

Responsável: Carlos Roberto da Silva Machado. Guilherme Serafim Bolsista, Bolsista FAPERGS/RS e acadêmico de História e colaboradores.

O projeto mapeará conflitos urbanos e ambientais no extremo sul do Brasil e leste do Uruguai na pandemia visando identificar problemas e injustiças (2020/21), dando continuidade as pesquisas que realizamos desde 2011 na Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Destes identificamos o tema (problema) para ampliar o olhar sobre os temas em pesquisa exploratória da produção cientifica dos mesmos, para na seqüência focar em 4 temas (água, racismo ambiental, estudos do impacto climático e da história ambiental nas duas regiões), além de atualizarmos o banco de dados do observatório. Os conflitos indicam problemas que comunidades, grupos e coletivos sociais e ambientais estão vivendo/sofrendo e, abrem possibilidades a que pesquisas e estudos acadêmicos, possam contribuir na sua solução/superação. Ainda mais que, com pandemia se ampliaram a desigualdade, o desemprego e a pobreza, etc. assim como, contraditoriamente, aumentou a riqueza concentrada, da produção do agronegócio e das agrogranjas industriais no RS, da mineração, da exportação de commodities pelo Porto/Rio Grande todas com altos impactos sociais, urbanos e ambientais e aumento da brecha social. Assim, o objetivo: mapear os conflitos urbanos e ambientais ocorridos no período da pandemia publicizados na mídia identificando o tema gerador do conflito (problema), os demandantes (que está a se mobilizar, e onde) e a quem é demandada (solução ao problema) para após buscar na pesquisa e estudo acadêmico da região origens (causas) e soluções propostas (pesquisa exploratória). Apoiaremos-nos na reflexão pregressa, e publicações relacionadas à in/justiça ambiental e a desigualdade, das pesquisas em torno do uso da EA, de que o \"real é relacional\" (a sociedade), contraditória e conflitiva devido a desigual apropriação da renda, das terras e dos \"espaços de poder\" como pressupostos a serem revistos e, qualificados, desde a pesquisa a ser realizada nos próximos anos.

PROBLEMAS LOCAIS

Extremo Sul do Brasil: uma zona de sacrifícios

CAIO FLORIANO DOS SANTOS, Pós doutorando (PNPD/CAPES) no Programa de Educação Ambiental da FURG/PPGEA

As zonas de sacrifício são caracterizadas por congregar em um mesmo território atividades com alto potencial poluidor (definição de Henri Acselrad), como ocorre com o município do Rio Grande e a região do Extremo Sul. Nessa perspectiva o discurso recorrente é sempre da atração de novos empreendimentos não importando os sues impactos socioambientais negativos.

Dois novos projetos tem chamado a nossa atenção, sendo eles: a mineração em São José do Norte e a Usina Termelétrica em Rio Grande. O primeiro projeto teve suas Audiências Públicas realizadas em 2014 e desde esse momento é rechaçada pela população do município que criou um movimento contra a mineração. O segundo tem sido palco de uma disputa política para saber quem é o responsável por trazer o empreendimento, em que as discussões sobre os riscos e impactos socioambientais negativos tem ficado em segundo plano.

No caso da mineração ela atinge uma grande área do município de São José do Norte e coloca em risco o modo de vida dessa população, atingido principalmente pequenos agricultores familiares e pescadores. A termelétrica em Rio Grande adiciona mais combustível (nesse caso gás) a bomba relógio que tem se tornado o município, deixando no ar a dúvida quais seriam as reais dimensões de um acidente.

O certo é que a discussão sobre esses projetos têm alijado a população de opinar e, principalmente, poder decidir sobre o seu futuro. Os impactos socioambientais negativos são subjugados na relação com os interesses econômicos envolvidos.

A fome e o veneno do dia a dia: presente do agronegócio!

RAMSÉS MIKALAUSCAS, realizou pesquisa sobre o tema no Programa de Educação Ambiental da FURG/PPGEA e é membro do Observatório dos Conflitos.

O Brasil de 2021 encara novamente o fantasma da fome. Mais da metade da população brasileira se encontra em estado de insegurança alimentar, enquanto outras 20 milhões passam fome diariamente. Enquanto isso o agronegócio, que ao menos desde a Revolução Verde na década de 70 do século passado justifica sua existência com a finalidade de "acabar com a fome no mundo", vê anualmente sua produção e seus lucros crescendo. O crescimento exponencial do objeto que diz combater concomitante aos seus lucros, explica-se pelo fato de ser um modelo de desenvolvimento que não visa atender as demandas mais imediatas e básicas da sociedade, como a segurança alimentar e o respeito à natureza. É um sistema que atua contra a natureza e as pessoas, e não com elas ou para elas. As áreas dedicadas a alimentos da cesta básica também vêm diminuindo, enquanto as de commodities ocupam seu lugar rapidamente. Um sistema de produção de alimentos dependente do capital financeiro nunca terá responsabilidade socioambiental. Enquanto o lucro estiver acima da vida continuaremos com pratos vazios, florestas em chamas, e ambientes contaminados.

A falta de moradia em Rio Grande é face de uma mesma moeda

ANDRÉ BARBOSA
Realizou pesquisa sobre o tema no Programa de Educação Ambiental da FURG/PPGEA e é membro do Observatório dos Conflitos

A moradia é um direito garantido a todo/a brasileiro/a na Constituição Federal de 1988, e ampliado com a instituição do Estatuto da Cidade em 2001. Em Rio Grande, apesar de toda a riqueza aqui produzida pela destruição e contaminação da natureza e a exploração da força de trabalho de milhares de riograndinos e de migrantes, é apropriada por uma elite financeira e especulativa. E, apesar de todo o capital produzido, reproduzido e acumulado nesta cidade, a moradia não se constituiu enquanto direito para uma grande massa de trabalhadores e suas famílias até hoje. Os ciclos de desenvolvimento econômico que houve na cidade e que atraíram um grande contingente de migrantes na busca de emprego não garantiram a todos/as moradia adequada, pelo contrário, promoveu o crescimento desordenado da cidade e proliferação de ocupações informais, excluindo essa população do mercado formal de terras. Assim como aumentou a exploração das terras controladas pelos ricos e poderosos da cidade e de fora. Realizamos uma pesquisa sobre o tema na cidade do rio Grande, e verificamos a produção de um déficit habitacional quantitativo de 9.800 (nove mil e oitocentos) imóveis na zona urbana e 1787 (mil e setecentos e oitenta e sete) imóveis na zona rural, totalizando uma carência de 11.587 (onze mil quinhentos e oitenta e sete) domicílios em Rio Grande. Ainda, pode-se estimar – da pesquisa – que, existe ainda, um total de 9037 (nove mil e trinta e sete) imóveis nas zonas mais vulneráveis os quais configuram casos críticos de inadequação de infraestrutura das habitações aos seres humanos que ai vivem! Os dados referentes ao déficit habitacional na cidade do Rio Grande nos revelam que os períodos de crescimento econômico e "prosperidade" vivida pela cidade, como aconteceu recentemente, no período do polo naval acabou beneficiando somente um grupo reduzido de pessoas. Portanto, podemos afirmar que o ônus do desenvolvimento na cidade ao longo de sua história, e também, nas últimas décadas recaiu sobre a sociedade riograndina mais pobre e os trabalhadores/as, e neste processo, manteve e ampliou a desigualdade ambiental e a injustiça ambiental decorrente desses projetos de desenvolvimento dos/para os ricos e poderosos.

E NÓS COM ISSO?

Pelotas e Rio Grande Ameaçadas Pelas Mudanças Climáticas

O que os governos Municipais estão fazendo para enfrentá-las?

O colapso do clima não é mais só um alerta necessário do movimento ecológico ou constatações cientificas registradas em estudos e relatórios. Ele esta aí, agora. É real e esta acontecendo. O IPCC, novamente, comprovou no seu ultimo Relatório (2021). O caos climático é sentido por todo o planeta, mas não de forma igual por todos os países e seus habitantes.

Uns poucos ganham, enquanto a maioria é espoliada.

Da vulnerabilidade climática/ambiental se materializa a vulnerabilidade social. Os desastres climáticos tornaram-se a principal causa da deslocação de pessoas em todo o mundo na última década, quando mais de 20 milhões por ano foram forçadas a deixarem suas casas, conforme alerta da organização não governamental internacional Oxfam.

O Brasil é o quinto pais que mais emite Gases do Efeito Estufa (GEE), sendo a principal causa o uso do solo (degradação de ecossistemas por desmatamento, pecuária, agricultura, expansão urbana...) e, apesar de dispor de uma lei nacional sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), a Lei 12.187/09, esta retrocedendo no cenário político global, entre outros motivos, porque é governado por negacionistas climáticos.

E os retrocesso (ou a boiada passando, como dizia o Salles) se aprofunda.

Na semana passada, o Senado, aprovou, "a jato", o PL 1.539, de autoria da senadora Kátia Abreu (PP-TO), que altera a PNMC, retrocedendo as metas brasileiras para redução de GEEs.

As mudanças climáticas afetam diretamente algumas regiões do litoral, como os municípios da Laguna dos Patos, impactando fortemente Pelotas e Rio Grande, que emitem as GEEs do que absorvem, mesmo assim, não há medidas e, menos ainda, politicas locais para contribuir, na medida das suas responsabilidade e capacidade, no combate as alterações do clima, para que o Brasil cumpra seus compromissos assumidos no Acordo de Paris (2015), para limitar o aquecimento global a 1,5 graus Celsius.

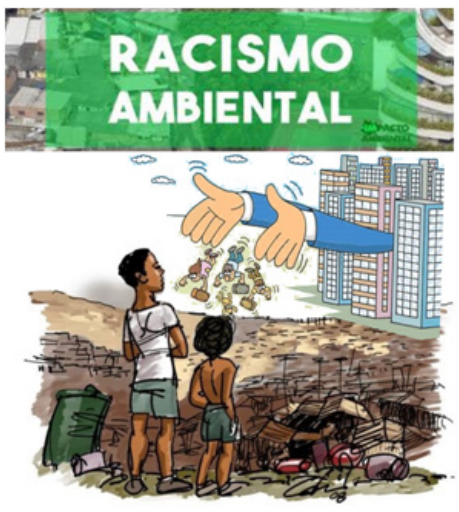
Rio Grande e Pelotas são algozes de si mesmas, pois emitem GEEs e serão vitimas dos seus efeitos no clima.

O CEA tem pautado tanto no Conselho Municipal de Proteção ambiental (COMPAM), em Pelotas e no Conselho de Defesa do meio Ambiente (COMDEMA), de Rio Grande, o debate sobre as mudanças climáticas e as medidas necessárias e possíveis que cada governo deve adotar para enfrentá-la no plano local. Contudo, ainda não há recepção satisfatória de tais medidas por parte dos governos atuais.

ANTONIO SOLER, Ambientalista, advogado, mestre e doutor em educação ambiental/PPGEA/FURG.

Observatório dos Conflitos participa de evento sobre racismo ambiental

Atividade foi promovida pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental



No dia 30 de agosto de 2021, o Observatório dos Conflitos Sócio-Ambientais do Extremo Sul do Brasil e Este del Uruguay se fez presente em um evento promovido pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), o qual teve como eixo temático o Racismo Ambiental.

O evento trouxe ao debate as ações e/ou falta de ações desenvolvidas e aplicadas pelo governo com o intuito de mudança do contexto opressor/Injustiça Ambiental e Racismo Ambiental condicionantes, presentes e ramificados nas múltiplas estruturas de nossa sociedade. Utilizando os dados obtidos através do IBGE, somados aos relatos de experiência apresentados, foi possível evidenciar que os problemas sociais, tais como: falta de emprego, má distribuição de renda, falta de moradia, de saneamento, de encarceramento, da seletividade judiciária, entre outros, como também, que tais problemas sociopolíticos e socioeconômicos brasileiros se desenvolvem de modo racializado. Eles afetam de forma desproporcional/mais agressiva aos que tem menos condições, ou seja, Pretos pobres.

Assim sendo, é possível afirmar que as práticas desenvolvidas hoje pelo poder público e pelas empresas não são pensadas objetivando a busca por um caminho à solução dos problemas deste contexto de Injustiça Ambiental e do Racismo Ambiental. Pelo contrário, vão em sentido contrário, na manutenção dos privilégios de poucos, e que com a COVID19 custou a vida de mais de 605 mil mortes.

Sob a ótica do Racismo ambiental é urgente desmascarar tais injustiças e racismo, assim como os danos psíquicos e psicológicos proporcionados pela divisão racial dos espaços. Isto porque, as pessoas pretas são excluídas dos territórios que oferecem melhores condições de moradia, saúde, educação e segurança, sendo, fatalmente, forçadas a habitar em locais onde há precariedade extrema destes serviços (GONZALES,1984). Esta movimentação espacial garante a perpetuação do modelo de sociedade colonial que se utiliza das "máscaras" da república e da democracia nacional.

#Anossalutaétododia!

ALEXANDRE SILVA, Doutorando em educação ambiental/PPGEA-FURG e do Observatório dos Conflitos;
KYSE MELLO, Mestranda em economia na FURG

Chamado mundial para marcha por justiça climática e ambiental

Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil y Este del Uruguay se soma à mobilização, apresenta contribuições à convocatória e organiza bicicletata no Cassino com distribuição de material informativo

O observatório dos Conflitos do Extremo sul do Brasil se soma às manifestações que ocorrem em todo o mundo no dia 06 de novembro e à discussão da injustiça climática e ambiental que está levando os seres vivos deste Planeta à catástrofe mundial!

Isto porque a justiça não nos será dada pelos líderes mundiais nem entregue pelas corporações. Apenas nós podemos imaginar e construir o futuro - para todos, todas e todes - que funciona para toda a gente.

Problema

Atravessamos um período com múltiplos pontos de ruptura, desde o "aquecimento" climático, a pandemia da SARS-COV 19 (que chamamos Sindemia), o racismo, a homofobia, o feminicídio, o fascismo, o neoliberalismo... Sabemos que estas crises não só se sobrepõem, como partilham a mesma causa.

Apesar de ninguém poder escapar aos impactos destas crises, as pessoas que fizeram menos para as causar são as que mais sofrem (ver nosso editorial). Por todo o mundo, são demasiadas as vezes em que as pessoas mais pobres e as comunidades de cor carregam o peso da crise climática. Desde as vilas costeiras em Norfolk, cujas defesas marítimas se erodem cada vez mais rápido, às pessoas que vivem nas margens dos rios do delta do Níger enegrecido pelo derrame de petróleo, as mineradoras, as madeireiras, o agronegócio...

Como chegamos aqui?

Chegamos a este ponto de crise por causa do nosso sistema económico e político, construído com base na injustiça e desigualdade. Há séculos que as corporações e os governos ricos exploram as pessoas e o planeta pelo lucro, sem se preocuparem com os efeitos prejudiciais sobre as/os outras/os.

COP26: porque é importante?

Em novembro, líderes mundiais e especialistas vão encontrar-se em Glasgow, na conferência global sobre o clima, a COP26.

Problemas globais requerem soluções globais. As decisões tomadas na COP26 vão moldar como os governos respondem (ou não) à crise climática. Vão decidir quem é sacrificado, quem escapa e quem lucra. Até agora, os governos fizeram muito pouco, demasiado tarde: são coniventes com as empresas e escondem-se atrás de falsas soluções verdes ("greenwashing") que, na realidade, ainda não existem, não se adequam à escala do problema e, em muitos casos, dependem de mais exploração de pessoas e do planeta.

A COP26 vai acontecer num momento crucial da história. Em todo o mundo e em vários movimentos, levanta-se uma nova vaga de resistência, solidariedade global e organizações de base contra o estado de "coisas" atual em nosso planeta, em cada cidade, bairro, vila, aldeia, quilombo!

Temos uma oportunidade única de reformatar o nosso sistema, enquanto recuperamos da pandemia. Podemos intensificar a crise até ao ponto de não retorno ou criar as bases para um mundo justo onde as necessidades de todos são atendidas.

Pensando soluções

Resumindo: justiça climática [e ambiental], mudança sistêmica, poder às bases.

Tal como a crise climática e a injustiça ambiental, o sistema político e econômico são obras humanas. O que significa que pode ser reconstruído. Precisamos de uma mudança no sistema que comece de baixo para cima, desde o local, em cada casa, vila, bairro e comunidade para a cidade, desde cada aldeia e quilombo para o país e o mundo!

Para resolver estes problemas, temos de resolvê-los todos juntos. A justiça climática e ambiental reconhece que todas as lutas têm origem no mesmo sistema injusto. Estejamos a lutar por melhores salários, água limpa, ou contra a violência policial ou a abertura de uma nova mina. Pelo controle sobre os nossos corpos ou para parar a destruição das florestas em que vivemos. Precisamos de ação climática que funcione para toda a gente, não apenas para as pessoas com mais dinheiro nos bolsos.

As soluções de que precisamos já existem e estão em prática, mas falta vontade política aos nossos líderes. As nossas soluções não só reduzem as emissões de carbono, mas também criam um mundo mais justo no processo – isto significa ação climática baseada na justiça, redistribuição de recursos e descentralização do poder.

Não resolveremos a crise sem os mais afetados no centro das soluções e das tomadas de decisão. Os impactos da crise climática variam consoante as áreas e comunidades. O que significa que as melhores soluções para cada área têm de ser moldadas por quem está a sofrer os impactos. Em muitos casos, as comunidades indígenas e fronteiriças conhecem as soluções há séculos. Afinal, todas/todos deveríamos poder participar em decisões que nos afetam.

O que estamos a tentar fazer? Para o que queremos sensibilizar você!

Estamos a reunir movimentos de todo o mundo para unirmos esforços e mudar o sistema: movimentos indígenas, comunidades na linha da frente, sindicatos, grupos de justiça racial, jovens grevistas, trabalhadores rurais, camponeses, ONG, campanhas de comunidades de base, movimentos feministas, grupos de fé, entre muitos outros. As comunidades indígenas, na linha da frente e do Sul Global estarão no centro. Precisamos da tua ajuda para amplificar as suas vozes e exigências.

Onde quer que estejas no mundo, este é o momento para te juntares à luta pela justiça climática. Precisamos de todas as mãos à obra: em locais de trabalho, comunidades, escolas, hospitais e além-fronteiras.

6 de novembro: Junta-te a nós no Dia de Ação Global por Justiça Climática (https://cop26coalition.org/gda/), em mobilizações em massa descentralizadas pelo mundo inteiro.

Localmente, reforçamos o convite para estar conosco no ArtEstação, Cassino, às 16h e, se puder, para a bicicletada.

Manifesto retirado do site: https://salvaroclima.pt, com adendos realizados pelo Observatório. Acesso em 15 outubro de 2021.
Adendos Observatório dos Conflitos a partir da Rede Brasileira de Justiça Ambiental

Reivindicações globais, mas também locais!

Sem eufemismos: não aos combustíveis fósseis, às minerações, aos venenos do agronegócio, a destruição das florestas e habitats naturais, e às soluções falsas de mais do mesmo!

> Lutar por 1,5ºC
> Precisamos de zero emissões, não de zero emissões "líquidas"
> Deixar os combustíveis fósseis debaixo do solo: nenhum novo investimento ou infraestrutura de combustíveis fósseis
> Rejeitar soluções falsas: não aos mercados de carbono e tecnologias arriscadas e não comprovadas
> Não às minerações, aos venenos do agronegócio, a destruição das florestas e habitats naturais
> Proteção e apoios aos quilombolas, aos indígenas e as comunidades pobres e excluídas dos centros urbanos e metropolitanos
> Solução aos problemas da falta moradia ou moradia precárias, aos que lutam pela terra e incentivo e recursos pequenos e médios produtores agrícolas que produzem alimentos
> Fim dos venenos nos alimentos
> Zero recurso para quem produz commodities para o mercado externo que só enriquece os ricos e financia a especulação com a dívida interna
> Fora Bolsonaro e Mourão já! Senão não haverá mais país em 2023!

Vamos reestruturar o sistema:

Queremos uma Transição de Justiça agora!
Vamos começar a Transição de Justiça

> Justiça climática global: reparações e redistribuição às comunidades indígenas e ao Sul Global
> Distribuição justa, e esforço adequado pelos países ricos
> Cancelar as dívidas do Sul Global a todos os credores
> Financiamento climático baseado em subsídios para o Sul Global
> Reparações por perdas e danos já ocorridos no Sul Global

Queremos uma transição de justiça agora!

Precisamos de uma Transição de Justiça liderada pelxs trabalhadorxs: reestruturar o nosso sistema de forma a enfrentar a injustiça, a pobreza e a desigualdade. Isto significa afastar-se da indústria dos combustíveis fósseis e investir em energias renováveis para criar empregos e serviços verdes decentes e sindicalizados. A reconfiguração do sistema deve centrar-se e valorizar o trabalho de cuidados que atualmente é predominantemente realizado por mulheres, migrantes e pessoas racializadas. trabalho que muitas vezes não é remunerado ou é mal remunerado – desde os cuidados de saúde até ao trabalho doméstico. Mas estas novas infraestruturas e serviços não podem ser construídas apenas no Norte Global com a extração de recursos e violações dos direitos humanos no Sul Global. A justiça local e global deve estar no centro desta transição, através de sistemas energéticos descentralizados de propriedade das pessoas, da expansão dos serviços de cuidados, da alimentação de origem local, e de habitação e transportes públicos verdes e acessíveis.

Sem eufemismos: não aos combustíveis fósseis, sem o discurso de emissões líquidas e sem soluções falsas

Precisamos de ação urgente para parar o caos climático. O aumento de temperatura global média tem de ser limitado aos 1.5ºC – tudo mais que isso implicaria alterações climáticas não só desastrosas mas também catastróficas. Mesmo quando os governos dizem que é esse o seu objetivo, os planos atuais não nos levam nem perto desta meta.

E isto não é só sobre um número, é também sobre como lá chegamos. As múltiplas crises que enfrentamos não vão ser resolvidas por mais exploração das pessoas e do planeta. As atuais metas dos governos e das corporações sobre "zero emissões líquidas" não significam zero emissões reais. Em vez disso, querem continuar a poluir enquanto escondem atrás das esquemas de "compensações de carbono". Nós precisamos de compromissos e ação para atingir o verdadeiro zero. Isto também significa nenhuma nova infraestrutura de combustíveis fósseis e nenhum novo investimento nos combustíveis fósseis, dentro do país e fora, dizendo não aos mercados de carbono e não às tecnologias arriscadas e não comprovadas que permitem os países e as corporações a continuarem a poluir.

Parar o sistema de destruição de BOLSONARO E MOURÃO JÁ!

A QUESTÃO GLOBAL...

O clima na geopolítica internacional, o Brasil e propostas em conflito!

No mesmo ano em que o 1% da população volta a sonhar com o turismo espacial, já cansados de consumir tudo o que a terra pode oferecer, e em que muitas catástrofes naturais tomaram o globo, irá ocorrer a COP26, entre os dias 31 de outubro e 12 de Novembro, em Glasgow, na Escócia. Será a 26a realização da Conferência das Partes sobre a Mudança do Clima.

Atualmente com 196 países membros, as conferências começaram a ser organizadas em 1995, no rescaldo das propostas surgidas no Rio 92.

A COP26 se trata, portanto, de um evento significativo para o debate sobre os desafios e a proposição de soluções atuais relacionadas ao clima. Algumas reflexões podem ser produzidas sobre as potencialidades e os limites do encontro, assim como sobre o protagonismo do Brasil no cenário internacional sob o atual governo de extrema-direita.

A urgência da questão climática, reforçada pelos eventos catastróficos recentes, e a importância da COP26 foram temas recorrentes nas manifestações dos chefes de Estado e de governo que se pronunciaram na Assembleia Geral da ONU de 2021. Esse discurso ganhou ainda mais força a partir da criação de diversos programas de recuperação econômica "verde" para o cenário pós-pandêmico. Apesar disso, o contexto geopolítico atual e os conflitos econômicos recentes fizeram enfraquecer a necessária unidade dos países.

China e Estados Unidos

A relação entre China e EUA, duas das maiores potências mundiais e dois dos maiores poluidores do mundo (juntos representam mais de 40% da emissão de carbono mundial), não consegue apresentar a estabilidade necessária para a cooperação na questão ambiental. O país asiático pareceu estar comprometido com o cumprimento das metas do acordo de Paris de 2017, contudo, as mudanças tomariam muito tempo em razão de sua estrutura produtiva.

Os EUA de Trump buscaram se afastar do comprometimento ambiental, orientação que foi alterada com o governo Biden. A mudança do governo estadunidense não alterou, contudo, a relação conflitiva com a China, que pode ser percebida na crescente tensão militar no Indo-Pacífico, na escalada de demonstração de força militar (por exemplo, teste de mísseis hipersônicos) e na mobilização militar em torno de Taiwan.

O incremento do risco de conflito direto e a possibilidade de acirramento de disputas econômicas entre os países podem significar um grande empecilho para a efetivação de qualquer medida construída na COP26. Um sinal de atenção está na iminente ausência de Xi Jinping do encontro, o que se agrava com a confirmação da ausência de Putin, outra importante liderança de um país campeão na de CO2.

O que está em debate?

Para além dos possíveis limites gerados pelo contexto geopolítico, há que se verificar se as propostas decorrentes da COP26 estarão à altura dos desafios de nosso tempo.

O presidente da Conferência, Alok Sharma, apresenta a sua visão sobre as alternativas em que têm destaque o incentivo à produção de energia limpa (eólica e solar) e ao uso de carros elétricos. Entende que muitos países já vêm implementando essas medidas, assim como vêm trabalhando para preservar e recuperar a natureza. Afirma, ainda, que é possível a continuidade do crescimento exponencial da economia com a redução da emissão de carbono, o que seria visível na realidade britânica nos últimos anos.

Sem adentrar na discussão do potencial da abrangência das suas alternativas ou da estreiteza de sua visão sobre o sistema, entendemos ser necessário ter atenção à possibilidade de serem apresentadas falsas soluções verdes (representadas pela palavra greenwashing, em inglês).

Nesse ponto, há que considerar que soluções efetivas somente podem ser encontradas através da abordagem crítica dos problemas, o que, não é, necessariamente, do interesse de setores poderosos.

No entanto, é importante constatar a existência de grupos críticos que se organizam dentro e fora dos espaços da COP26. Como um exemplo daqueles, podemos citar as manifestações dos representantes dos Like-Minded Developing Countries (o que pode se traduzido como "Países em desenvolvimento com mentalidade semelhante"), que acusam o descumprimento de promessas pelos países desenvolvidos e a desigualdade das propostas entre os países, com prejuízo aos países em desenvolvimento.

De fora da COP26, muitos movimentos vêm atuando para pressionar por propostas mais corajosas, podendo ser citado o movimento Salvar o Clima (https://salvaroclima.pt/), que vem sendo organizado em diversos países. Esse movimento defende a ação climática baseada na justiça, redistribuição de recursos e descentralização do poder.

E o Brasil nesse cenário?

A respeito da posição do Brasil no debate climático, podemos citar dois significativos indícios recentes da postura do governo federal.

Primeiro, voltando à Assembléia Geral da ONU, verificamos que Bolsonaro, encarregado de abrir a sessão, destacou falsas realizações e conquistas efetivadas a despeito de seu governo. Buscou alterar o seu discurso habitual para não destoar do tom de preocupação geral com o futuro ambiental. Tal discurso contrasta com as muitas ações e omissões de seu governo, as quais revelam, na verdade, uma posição de total descaso com a proteção ambiental e a promoção de formas sustentáveis de desenvolvimento. Na própria Assembléia da ONU, o esvaziamento de sua agenda de encontros bilaterais revela a despreocupação com a criação de alternativas viáveis a nível mundial.

Segundo, observa-se que o Brasil será um dos 5 (cinco) países da América do Sul que não inscreveram oradores para a abertura da COP26, portanto, aponta-se para uma participação discreta do país no mais importante encontro do clima dos últimos tempos.

Assim, o governo Bolsonaro deverá reproduzir discursos marcados por dissonâncias cognitivas e pelo vazio de propostas. O atual governo está afastado de qualquer abordagem que pretenda a defesa do meio ambiente, o que fará com que se mantenha numa posição de insignificância.

A COP26 será um importante evento para o clima, uma visão crítica sobre o clima é imperiosa para enfrentar os desafios de nosso tempo e o fim do atual governo brasileiro é inescapável para que o Brasil volte a exercer o papel de protagonista internacional que conquistou em sua história democrática.

GUILHERME TORTELLI Doutorando em História na Universidade Nova de Lisboa, mestre em História, Relações Internacionais e Cooperação pela Universidade do Porto - Portugal, e, graduando em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PENSANDO SOLUÇÕES

Uma transição gradual e justa para o clima e para a crise dos cuidados

Conforme o Relatório Empregos para o Clima, de 2021, há pelo menos 10 ações que já poderiam ser colocadas em prática para a redução imediata de emissões pelos setores mais poluentes; podendo tornar-se um caminho para uma transição justa.

A urgência para uma transição justa e compatível com uma zero emissão de carbono é evidente na sociedade global. Conforme o Relatório Empregos para o Clima, de 2021, há pelo menos 10 ações que já poderiam ser colocadas em prática para a redução imediata de emissões pelos setores mais poluentes; podendo tornar-se um caminho para uma transição justa. Dentre elas, destaco a redução gradual da jornada de trabalho semanal para 32h no sentido de um princípio reflexivo sobre a transição climática justa e a sua relação com o trabalho reprodutivo não remunerado - na perspectiva da crise dos cuidados.

A crise pandêmica que vivemos, evidenciou que alguns setores laborais não são essenciais (como por exemplo, o setor dos serviços) e, que há os que são essenciais dentro da sociedade. Nestes, essenciais (tais como os setores de alimentação, da agricultura, das cuidadoras e dos cuidadores informais, da limpeza de resíduos urbanos, etc.), as pessoas trabalhadoras nunca puderam parar de se expor durante a pandemia para garantir a demanda essencial que possui.

Portanto, há uma economia que parou e há outra que nunca pode parar. Além disso, há um setor que é invisibilizado dentro da sociedade capitalista e patriarcal que acabou, para além da demanda dupla e por vezes tripla já vivida antes da pandemia, uma constância ininterrupta do trabalho reprodutivo concomitante ao teletrabalho principalmente, para não dizer exclusivamente, das mulheres. "Calcula-se que o trabalho reprodutivo não remunerado, feito essencialmente pelas mulheres, tenha um valor económico correspondente a 9% do PIB mundial" (SOEIRO et all, 2020, p.11).

Crise dos cuidados

A crise dos cuidados está na agenda do ecofeminismo anticapitalista, pois é cada vez mais evidente que a invisibilidade é estratégica devido a importância e o impacto do trabalho reprodutivo para a manutenção da sociedade capitalista. É este trabalho reprodutivo e dos cuidados não remunerados (ou precários) que garantem a manutenção da existência de mão-de-obra na sociedade e os cuidados daqueles que já não exercem uma atividade laboral. O Estado, que é financiador de instituições privadas e que só conseguem atuar pelo financiamento público, perpetua um paradigma de cuidados colados à institucionalização. Além disso, os apoios que são fornecidos não são suficientes para as necessidades reais das famílias e provocam uma dualidade; por um lado pela estrutura do sistema que empurra esse cuidado da família para as mulheres, e, por outro, que sempre escapa, que é uma parcela específica da população que podem externalizar o trabalho dos cuidados para outras mulheres (imigrantes, não brancas, etc.).

A invisibilidade social e estatística deste trabalho coloca problemas graves no modo como representamos a economia (excluindo dela o que acontece na esfera doméstica) e como se planeiam e desenham as políticas públicas. Reconhecer, reduzir e redistribuir os cuidados tem de ser uma prioridade, sem que isso signifique a intermediação mercantil ou estatal do conjunto das nossas relações emocionais e do nosso espaço pessoal (SOEIRO et all, 2020, p.13).

Tempo de cuidar

No relatório "Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade", de janeiro de 2020 da OXFAM - Oxford Committee for Famine Relief - é relatado que as mulheres são responsáveis por 75% de todo trabalho de cuidado não remunerado no mundo. Por este motivo, a transição justa não deve ser somente numa busca por uma estabilidade climática, mas sim por uma sociedade mais justa e sustentável para todas as pessoas. E isso inclui a urgência de pensarmos que para a construção dessa sociedade, também devemos pensar na crise dos cuidados aliada à redução da jornada laboral. Uma transição justa de uma sociedade que tenha em conta o clima e o feminismo anticapitalista (através da alteração do setor dos cuidados) deve ser uma prioridade. Para além de contribuir com um projeto de sociedade no qual garanta que uma vida que vale a pena ser vivida.

TAINARA F MACHADO é doutoranda em Sociologia na Universidade do Porto e militante/ativista na A Coletiva - coletivo feminista anticapitalista, ecofeminista e antirracista (https://www.acoletiva.org).

Referências:
- MANIFESTO DOS CUIDADOS - José Soeiro, Mafalda Araújo e Sofia Figueiredo in "Cuidar de quem Cuida", Editora Objectiva, 2020
- Relatório Empregos para o Clima - Manuel Araújo, Leonor Canadas, Sinan Eden, Andreia Ferreira, Rui Garri. Portugal, 2021. Link: https://nd.nl.tab.digital/s/3oiDDKNtpKwD5gK. Acesso em: 24 de outubro de 2021.

CULTURA

A missão da arte não é somente decorativa, e sim reflexiva

CELSO DOS SANTOS, Ativista Cultural

Na manhã de 19 de outubro, uma terça-feira, moradores do Balneário se surpreenderam com o letreiro "Eu amo Cassino" pichado. As palavras escritas eram: "Nós queremos mais e melhor", "Rio Grande não valoriza seus artistas", "Pixação é resistência" e "Fábio Branco só governa para a elite empresarial". Acreditamos tratar-se de uma indignação por parte da comunidade e de autoridades.

Pois bem, vamos ao que importa. A pichação cresceu durante a ditadura cívico-militar, como forma de protesto, não surgiu querendo agradar. A pichação é considerada uma forma de protesto contra a desigualdade social vivida pela juventude, principalmente da periferia. É uma forma de dar voz a quem não tem voz.

A principal diferença entre pichação e grafite é que pichação ocorre da escrita, enquanto o grafite está diretamente relacionado à imagem. Pichação é considerado crime, enquanto grafite é considerado arte. Pichação geralmente desperta indignação de parte da população e de autoridades.

Porém, quando se noticia que Rio Grande tem mais de 9 mil famílias na linha de pobreza ou abaixo dela, o que representa 13% da população da cidade, passando fome e necessidades, não se vê a mesma indignação. Não se vê autoridades que deveriam estar atuando para resolverem esse grave problema indo à imprensa ou às redes sociais com a mesma ênfase.

Violenta é a fusão da Secretaria de Cultura com a de Esporte e Lazer, um avanço que os segmentos culturais conquistaram e não foram consultados para tal fim. Hoje a Cultura está numa Secretaria onde não vemos a preocupação em traçar políticas públicas para o setor, e sim "resgatar eventos", como informa matéria do jornalista Ramão Freitas do dia 21de outubro no Portal de Notícias do grupo Oceano.

O quadro abaixo mostra o valor que as administrações públicas dão para a Cultura, através de seu orçamento; Isso SIM é VIOLÊNCIA!

Ano	Orç. Prefeitura*	Orç. SeCult	% Cultura
2013	R$ 544.521.160	R$ 889.591	0,163 %
2014	R$ 571.619.316	R$ 930.862	0,163 %
2015	R$ 720.605.007	R$ 930.862	0,129 %
2016	R$ 704.012.194	R$ 921.162	0,131 %
2017	R$ 680.022.275	R$ 711.000	0,104 %
2018	R$ 758.923.405	R$ 743.364	0,098 %
2019	R$ 805.314.462	R$ 887.081	0,110 %
2020	R$ 780.728.425	R$ 592.555	0,076 %

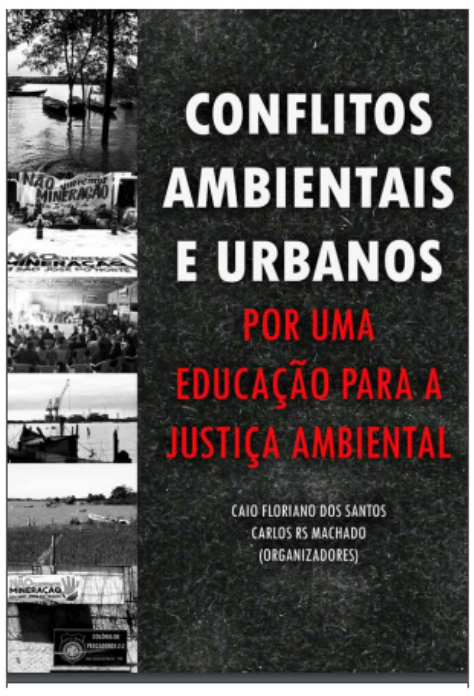
Fonte: riogrande.rs.gov.br/portaltransparencia

* Valores em reais desprezando-se os centavos

Com variação de 0,163 % em 2013 para 0,076 % em 2020, o gráfico mostra o percentual aplicado na Cultura ao longo do período.

Observatório lança novo livro com suas contribuições de acadêmicas

Outros três volumes já foram lançados em anos anteriores e estão disponíveis no site do Observatório



O Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil y Este del Uruguay lança em breve seu quarto livro com as contribuições acadêmicas de seus colaboradores. Assim como outros materiais do projeto, o livro estará disponível em pdf para download no site.

A organização é do professor Carlos Machado e do pesquisador Caio dos Santos.

Confira os títulos dos capítulos que compõe o livro:

> APRESENTAÇÃO, Caio Floriano dos Santos e Carlos RS Machado

> DRAGA-ÃO CAPITALISTA, Cleiton Luiz Freitas de Oliveira

> EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A JUSTIÇA AMBIENTAL – NEM UMA ASPIRINA E NEM UM BAND-AID, Caio Floriano dos Santos

> A CRISE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS NOVOS HORIZONTES EPISTEMOLÓGICOS, Bruno Emilio Moraes

> OS CONFLITOS NO CENTRO DOS PROCESSOS EDUCATIVOS: por uma teoria da ação dos oprimid@s no ensino e na produção solidária, Carlos RS Machado Tainara F Machado

> EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM DEFESA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: injustiça ambiental e conflitos ambientais na reserva extrativista de tauá – mirim, em são luís do maranhão, Ana Lourdes da Silva Ribeiro Antônio Jeovah Andrade Meireles

> INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS: a politização do debate ambiental na discussão sobre áreas protegidas, Vinícius Puccinelli

> REVOLUÇÃO ESTÉTICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Necessidades de uma sociedade transformada pela covid-19, Wagner Valente dos Passos.

Em breve no site do observatório dos Conflitos: https://observatorioconflitosextremosul.furg.br/

Rio Grande PHOTOfluxo tem edição online e é opção cultural

Em sua 9ª edição, em razão da pandemia, o Festival Rio Grande PHOTOfluxo faz os seus encontros com artistas e fotógrafos/as, de forma virtual.

As conversas reúnem convidados/as de Rio Grande, Pelotas e de Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Porto Velho/RO, Belém/PA, Recife/PE e de Havana/Cuba, cujas narrativas diversas são representativas da fotografia na contemporaneidade e seus caminhos no campo da arte, documentação, design, etc.

ENCONTROS VIRTUAIS

Horários: Sempre às 20h

Local: Canal de Youtube do ArtEstação

08 Nov.: J. C. Celmer e Carlos Machado apresentam EVOCACIÓN, da fotógrafa Leysis Quesada Vera.

riograndephotofluxo9.wixsite.com/2021

AGENDA!

Observatório participa de edição do programa Paralelo30

de novembro, o Observatório dos Conflitos do Extremo Sul participará do programa Paralelo30, que tem o apoio cultural da APTAFURG Sindicato.

O tema do programa, que costuma trazer debates e entrevistas sobre assuntos diversos, será a Educação Pública (escola e universidade) sob ataque dos empresários e seus governos!

Participam das discussões também Marco Mello, da rede municipal de Porto Alegre; Lorena da Silva, escola municipal de Rio Grande; e Magda Vicente, da Universidade pública, FURG.

O programa pode ser assistido ao vivo partir das 13h30, através das mídias sociais di @paralelo30aptafurg no Facebook e no e Youtube.

O Paralelo 30 tem como objetivo principal ser um instrumento de interligação entre a comunidade em geral e os servidores técnicos administrativos em educação da Universidade Federal do Rio Grande.

Aos Quatro Cantos homenageia Beto Federal em espetáculo inédito

No próximo dia 10 de novembro, quarta-feira, às 20h30min, o grupo Aos Quatro Cantos apresentará espetáculo inédito em homenagem ao artista riograndino Beto Federal, como parte da Semana Municipal de Arte e Cultura de Rio Grande, promovida pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, que irá transcorrer entre os dias 5 a 11 de novembro com atividades no teatro e outros locais da cidade. Além dos três integrantes da formação original, Lunar, William Tavares e Guilherme Curi, o show contará também com Chico Padilha, novo integrante do grupo, e as participações especiais dos músicos e compositores Luís Mauro Vianna, Miguel Isoldi e Ângelo Vigo.

No repertório, canções compostas pelos artistas locais e músicas de Beto Federal, que faleceu no mês de novembro do ano passado. O espetáculo marca o retorno aos palcos do grupo Aos Quatro Cantos e também a retomada das atividades do Teatro, que terá ocupação limitada e contará com todas as medidas sanitárias de prevenção ao Covid-19.

Ingressos custam R$20 na bilheteria do Teatro Municipal.

Mais informações sobre a Semana de Arte e Cultura de Rio Grande:

https://www.facebook.com/secultrg/

Músicas do Mundo traz programação cultural toda sexta

Todas a sextas-feiras, às 21h, na Web Rádio Papareia, Wagner Passos e o poeta Ivonei Peraça musicalizam tal noite no programa "Músicas do Mundo". Lauro Gouveia, no apoio técnico e suporte bem como comentando direto da cidade do Rio Grande para o mundo.

Músicas de diversos países e idiomas, contando um pouco da história dos artistas e contextualizando suas cidades e cultura.

"Músicas do Mundo" vai ao ar toda sexta-feira das 21h às 23h na Web Rádio Papareia https://papareia.webradiosite.com (disponível também no aplicativo Radios Net no Google Play), com coordenação de Lauro Gouvea, e transmissão simultânea no canal do Youtube Ideia Desenhos https://www.youtube.com/ideiadesenhos.

Conheça o comitê de combate à megamineração no RS

Preocupadas com os impactos socioambientais de megaprojetos de mineração previstos para o Rio Grande do Sul, diversas entidades ambientais, sindicais, associativas e movimentos sociais se reuniram para a criação do Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul (CCM/RS).

Temos o direito de decidir, de maneira soberana, entre a vida ou a destruição! E para isso o CCM/RS age pela garantia de realização de audiências públicas em todas as cidades envolvidas e pressionando para que a decisão final seja do povo gaúcho, através de plebiscitos.

Atualmente, existem mais de 150 projetos de mineração em solo gaúcho, que, se conseguirem se instalar, poderiam elevar o Rio Grande do Sul ao patamar de terceiro estado minerador do país. Quatro desses projetos estão em fase avançada de licenciamento, nos municípios de Eldorado do Sul, São José do Norte, Caçapava do Sul e Lavras do Sul.

Os impactos negativos na vida de indígenas, quilombolas, pescadores, assentados, pequenos agricultores, e moradores do campo e da cidade, ou seja, de todos nós, são altos demais. Mas ainda há tempo de construirmos uma cultura de territórios livres de megamineração.

Fazemos um chamamento para que todas as entidades, movimentos e pessoas comprometidas com a defesa da vida e contra os impactos dos projetos de megamineração para que participem desse movimento!

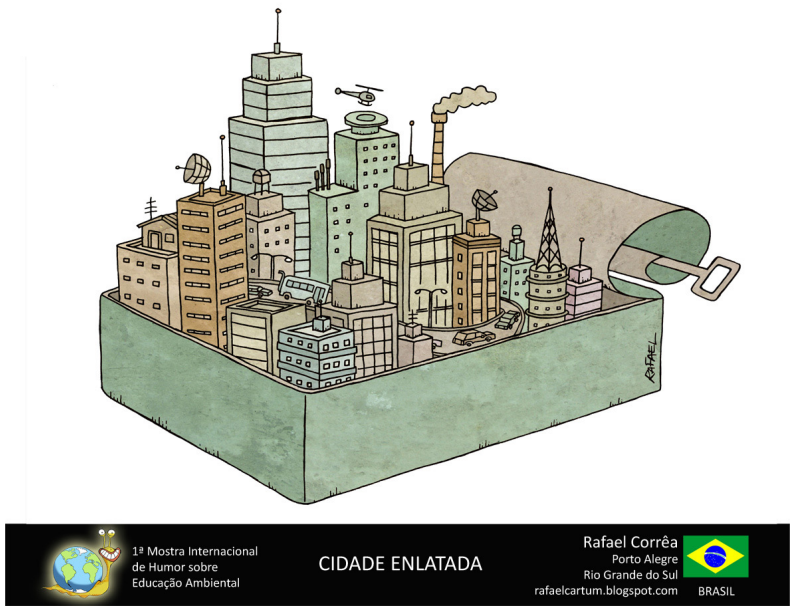
E MAIS...

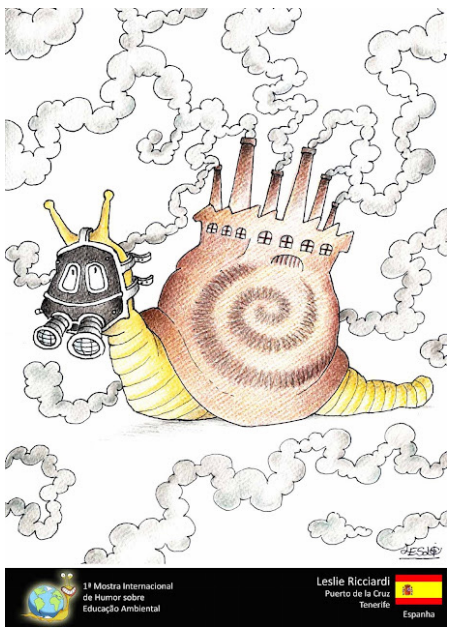
Trabalho de cartunistas disponíveis para usar na educação ambiental

Wagner Passos, colaborar e participante efetivo do Observatório dos Conflitos, mestre, doutor e com pós-doutorado em Educação Ambiental, organizou em 2012 uma mostra com 142 trabalhos de 142 cartunistas de 38 países. Tal material pode ser usado sala de aula em educação ambiental, estudos sobre a linguagem do cartum e outros temas.

Contate o autor. Acesse os trabalhos em: http://wagnerpassosblog.blogspot.com/p/materiais-didaticos.html

Ilustramos nosso JornalECO com alguns trabalhos do Wagner e agora deixamos alguns outros cartunistas da mostra:





Expediente:

Publicação do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil, vinculado ao Programa de PósGraduaçãoem Educação Ambiental PPGEA/FURG.

Textos: equipe do Observatório e colaboradores.
Ilustrações: Wagner Passos
Edição e revisão: Carlos Machado
Diagramação: Vinícius Waltzer